



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº 0062/2023

PREGAO PRESENCIAL Nº. 017/2023

PARA REGISTRO DE PREÇO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Municipal Nº05/2017, que regulamenta a modalidade pregão, Decreto Nº09/2017, que regulamenta o Sistema de Registro de preços em âmbito municipal, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, pela Lei Complementar Nº 123/06 e alterações posteriores, e Decreto Federal Nº 8.538/2015.

Objeto:

Contratação de empresa especializada em segurança e medicina do trabalho para prestação de serviços de análise de ambiente de trabalho, identificação de riscos, elaboração de laudos (DIR, PGR, PGRTR, PPP, LTCAT, LTIP) realização de Atestados ocupacionais (ASOs), envio de eventos de medicina e saúde no eSocial, no Município de Couto de Magalhães de Minas, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste Ato Convocatório.

PREGÃO PRESENCIAL

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Data: **19/05/2023**

Horário: 14h30min

Local:

Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas – MG
Rua Sebastião Francisco Mota, nº45 - Bairro: Centro – CEP: 39.188-000
Telefone: (38) 35331244
E-mail: licitacao@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

Pregoeira

NATANE TARCISIA VELOSO

Pregoeira Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO - NORMAS

PAL Nº 062/2023- PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2023

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas, com endereço na Rua Sebastião Francisco Mota, n.º 45, Bairro Centro, CEP 39185.000, Couto de Magalhães de Minas, Minas Gerais, por intermédio, de seu **PREGOEIRO** e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local, abaixo indicados, fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO, em sua forma presencial, em REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **MENOR PREÇO PO ITEM**.

REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO

A presente licitação será regida pela Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e demais condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório.

ÁREA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde

APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:

Local: Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas.

Dia: 19/05/2023.

Horário: 014:20 horas, horário de Brasília/DF.

ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL:

Local: Comissão Permanente de Licitação.

Dia: 19/05/2023.

Horário: 14:30 horas, horário de Brasília/DF.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para recebimento dos envelopes e a abertura da sessão estarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

CONSULTAS AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:

Para consulta e conhecimento dos interessados, o Instrumento Convocatório poderá ser obtido na sala da Comissão Permanente de Licitação, no endereço supramencionado, no horário de 08:00 às 11:00 e 13:00 às 16:00 horas, ou através do telefone (38) 3533.1244 e e-mail: licitacao@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada em segurança e medicina do trabalho para prestação de serviços de análise de ambiente de trabalho, identificação de riscos, elaboração de laudos (DIR, PGR, PGRTR, PPP, LTCAT, LTIP) realização de Atestados ocupacionais (ASOs), envio de eventos de medicina e saúde no eSocial,



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO

TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

no Município de Couto de Magalhães de Minas, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste Ato Convocatório

- 1.2. A participação nesta licitação nos itens cujo valor total seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) é **exclusiva em favor às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP**, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, e no artigo 6º do Decreto Federal 8.538, de 6 de outubro de 2015.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação os interessados que atuarem no ramo pertinente à respectiva área da saúde para qual for capacitado e objeto deste certame e que atendam a todas as exigências contidas neste Edital.

2.2. Não poderá participar deste processo licitatório o interessado que esteja com o direito de participar de licitações e contratações suspenso com a Administração Direta ou Indireta Municipal; tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal; seja agente público integrante do órgão promotor e (ou) do órgão solicitante da licitação.

2.3. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um licitante.

2.4. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de proposta e habilitação após o prazo estabelecido neste Edital. Declarada a abertura da sessão pelo PREGOEIRO, não mais serão admitidos novos proponentes.

2.5. A participação neste certame pressupõe a aptidão do licitante para a execução do objeto na forma e quantidades previstas e implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório.

2.6. A observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade do licitante, que pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

3. DO CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

3.1. O Documento Credencial (modelo constante do Anexo III) e a Declaração de que o Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação (modelo constante do Anexo IV) deverão ser apresentados ao PREGOEIRO no início dos trabalhos; isto é, antes da abertura dos envelopes Proposta Comercial e Documentos de Habilitação.

3.2. O credenciamento será realizado na sessão pública deste Pregão e deverá ser apresentado da seguinte forma:

3.2.1. O representante deverá apresentar **Carteira de Identidade ou documento equivalente** e ainda:

3.2.2. Na hipótese de **procuração por instrumento público ou particular de mandato (procuração)**, outorgando expressamente poderes para formular ofertas e lances de preços, emitir declarações, receber intimação, interpor recurso e renunciar à



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

sua interposição; assim praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante. O documento de credenciamento deverá obedecer ao modelo constante do **Anexo III**.

3.3. O não credenciamento de representante legal na sessão pública ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilitará o proponente, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como quaisquer atos relativos à presente licitação.

3.4. Em se tratando de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial, ou, caso a empresa apresente em sua denominação ou firma abreviações, “ME” ou “EPP”, nos termos do Art. 72 da Lei Complementar 123/06, poderá apresentar apenas declaração de enquadramento conforme Anexo VII, e deverá ocorrer quando do credenciamento, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006.

4. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

4.1. Os envelopes “*Proposta Comercial*” e “*Documentação de Habilitação*” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao PREGOEIRO, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados no preâmbulo deste Edital.

4.2. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas – Minas Gerais
Pregão Presencial n.º 017/2023
Envelope n.º 01 – Proposta Comercial
Proponente:
Endereço:
Telefone:
Endereço Eletrônico (e-mail):

Comissão Permanente de Licitação
Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas – Minas Gerais
Pregão Presencial n.º 017/2023
Envelope n.º 02 – Documentos de Habilitação
Proponente:
Endereço:
Telefone:
Endereço Eletrônico (e-mail):

5. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

5.1. A proposta comercial deverá ser apresentada em uma via e assinada pelo seu representante, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

omissões, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o **modelo constante do Anexo II**, devendo constar:

5.1.1. Nome, endereço e CNPJ da proponente, telefone e endereço eletrônico (e-mail), para fins de eventuais contatos, número de conta bancária onde os pagamentos serão efetuados, bem como fazer referência como indicado para o endereçamento do envelope acima citado mencionando a modalidade Pregão Presencial n.º e Comissão.

5.1.2. A proposta deverá conter o **preço unitário** e **preço global** em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e **descrição detalhada do objeto. Nos preços propostos deverão estar incluídos além do lucro, todas as despesas e custos como, por exemplo, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas, relacionadas com o objeto da licitação.**

5.1.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse título.

5.1.4. **Forma de pagamento: em até 30 (trinta) dias** após o recebimento dos serviços e do documento fiscal correspondente.

5.1.5. O Município efetuará a retenção do IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre o faturamento, nos termos da legislação vigente.

5.1.6. **O prazo de validade da proposta e do preço: mínimo 60 (sessenta) dias**, a partir da data da abertura da proposta comercial.

5.1.7.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

5.1.7.2. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

5.1.7.3. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, caso persista o interesse da Administração, poderá ser solicitada prorrogação de sua validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo.

5.1.7.4. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

5.2. Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.

5.3. O encaminhamento da proposta comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.

5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

5.5. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas um preço para cada item do objeto desta licitação.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos, observando sua natureza jurídica:

PESSOA JURÍDICA

Regularidade Jurídica

- a)** Certificado de Condição de Microempreendedor Individual, quando couber;
- b)** Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c)** Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor¹, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- d)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b)** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c)** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- d)** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- e)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f)** Certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa perante a justiça do trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- g)** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento

¹ **NOTA EXPLICATIVA:** Se as alterações, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante poderá apresentar a versão original acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa

Qualificação Econômico-Financeira:

- a) **Certidão Negativa de Falência e Concordata** emitida pelo Poder Judiciário da sede da licitante ou órgão equivalente, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data da sessão².

Qualificação Técnica:

- a) Apresentação de atestado (s) ou declaração (ões) de capacidade técnica em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente ou similar, que seja compatível com o objeto licitado, conforme descrições constantes no TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I desse edital.
- b) Registro ou inscrição do(s) profissional(ais) na entidade profissional competente CRM – Médico do Trabalho e/ou CREA - Engenheiro em Segurança do Trabalho; (ou outras entidades que atendam às exigências do edital, bem como da legislação vigente).

Outras comprovações:

- a) Declaração de superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis, **(modelo constante do Anexo V);**
- b) Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal **(modelo constante do Anexo VI).**

6.2. Os documentos necessários à *Habilitação* poderão ser apresentados em **original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, com exceção dos extraídos pela internet**, com vigência plena até a data fixada para a abertura desta licitação.

6.3. A apresentação de documentos exigidos neste instrumento com prazo de validade vencido na data de abertura do envelope "*Habilitação*" importará na inabilitação do licitante (salvo se a licitante for ME ou EPP, oportunidade na qual será respeitada a LC 123/06), **não sendo tal falta supável por protocolo de solicitação dos mesmos.**

6.4. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias, contados da data de emissão, salvo disposição contrária de lei a respeito.

7. DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1. A sessão pública do Pregão terá início no dia, hora e local designados no preâmbulo deste instrumento, devendo o licitante e (ou) seu representante efetuar o seu credenciamento, comprovando que possui os necessários poderes para formulação de propostas, lances, negociação e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

² NOTA EXPLICATIVA: Serão consideradas válidas as certidões emitidas diretamente no site dos Tribunais de Justiça, após verificadas a autenticidade das informações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

7.2. Concluída a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao PREGOEIRO os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

7.3. Iniciada a sessão pública do Pregão e efetuada a entrega dos Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, não cabe desistência da proposta.

7.4. A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes e pelo PREGOEIRO.

8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

8.1. O exame envolvendo o objeto ofertado implicará na constatação da conformidade do mesmo com as especificações estabelecidas no Instrumento Convocatório e seus Anexos, para atendimento das necessidades do órgão licitante.

8.2. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de MENOR PREÇO.

8.3. O PREGOEIRO, ao exame das propostas, de imediato, eliminará aquela que:

a) não corresponder aos requisitos deste Instrumento Convocatório;

b) não se refira à integralidade do objeto;

c) apresente preço unitário ou global, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, superestimado ou manifestamente inexequível, incompatível com os preços e insumos de mercado, assim considerados nos termos do disposto no § 3.º do artigo 44 e inciso II do artigo 48, da Lei Federal n.º 8.666/93.

8.4. Caso o PREGOEIRO entenda que o preço é inexequível, deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.

8.4.1. Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:

a) planilha de custos elaborada pelo licitante;

b) documento que comprove contratação em andamento com preços semelhantes.

8.4.2. Verificada a inexequibilidade do preço, o PREGOEIRO poderá convocar os licitantes detentores das ofertas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e proposta comercial.

8.5. Para efeito de julgamento, serão desconsiderados valores a partir da terceira casa decimal, se apresentado.

8.6. Na análise das propostas não serão consideradas ofertas e outras informações não solicitadas neste instrumento.

8.7. Prevalecerá o preço unitário, em caso de divergência entre este e o preço total do item.

8.8. No caso de discordância entre os valores numéricos e por extenso, lançados na proposta, prevalecerá o valor grafado por extenso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO

TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

8.9. O PREGOEIRO, no julgamento das propostas poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo ou, ainda, adotar medidas saneadoras, quando cabíveis.

9. DA DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS

9.1. O PREGOEIRO, após o exame e conferência das propostas, classificará a de menor preço e aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à de menor preço.

9.2. Não havendo, pelo menos 03 (três) propostas escritas de preço nas condições definidas no item anterior, o PREGOEIRO selecionará a melhor proposta e as duas propostas imediatamente superiores, quando houver; para que seus proponentes participem dos lances, quaisquer que tenham sido os preços oferecidos nas propostas escritas.

9.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o PREGOEIRO selecionará todas as propostas em condições de igualdade para a etapa competitiva de lances verbais.

9.4. Havendo apenas uma proposta, desde que atenda a todas as condições do Instrumento Convocatório e esteja com o preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o PREGOEIRO negociar, visando obter melhor preço.

10. DA ETAPA COMPETITIVA DE LANCES VERBAIS

10.1. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até proclamação do vencedor.

10.2. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

10.3. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo PREGOEIRO, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.4. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste Instrumento Convocatório.

10.5. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

10.6. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo PREGOEIRO, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.7. O valor final, depois de ofertados os lances oferecidos pelos proponentes, não poderá ser superior ao valor de referência indicado no Termo de Referência.

11. DO EXAME DAS CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

11.1. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o PREGOEIRO ao julgamento da Habilitação, confirmando, ainda, a autenticidade dos documentos extraídos pela *internet*, junto aos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores.

11.2. Procedida consulta, serão impressas declarações comprovantes da autenticidade dos documentos que serão juntadas aos autos do processo licitatório.

11.3. A ausência ou a apresentação da documentação de Habilitação em desacordo com o previsto neste Instrumento Convocatório, ou a verificação de irregularidades nas consultas aos *sites* dos órgãos emissores, inabilitará o licitante.

11.4. Constatado o atendimento pleno às exigências do Ato Convocatório, o licitante será declarado vencedor.

11.5. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o PREGOEIRO examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas neste Ato Convocatório, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.6. Na reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo PREGOEIRO, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax.

12.3. O recurso e respectivas contrarrazões, deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

12.3.1. ser dirigido ao Prefeito Municipal, aos cuidados do PREGOEIRO, no prazo de 03 (três) dias úteis, conforme especificado no item 12.1 deste Título;

12.3.2. ser encaminhado para o endereço eletrônico licitacao@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br, com assinatura digital, ou ser protocolizado na Sala de Licitações, em uma via original, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

12.3. O PREGOEIRO não se responsabilizará por razões e (ou) contrarrazões endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

12.4. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

12.5. O recurso terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. O recurso será apreciado pelo PREGOEIRO, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.

12.7. São pressupostos de admissibilidade do recurso:

- a) a legitimidade;
- b) o interesse de recorrer;
- c) a existência de ato administrativo decisório;
- d) a tempestividade;
- e) a forma escrita;
- f) a fundamentação;
- g) o pedido de nova decisão.
- h) É legitimado para interpor recurso qualquer Licitante credenciado, no curso da Licitação.

12.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Sala da Comissão de Licitações/Pregão, Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas, nesta cidade de Couto de Magalhães de Minas-MG, situada na Rua Sebastião Francisco Mota, Nº 45. – Centro.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O PREGOEIRO adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor, quando inexistir recurso, ou quando existir for decidido por ele, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

13.2. Decididos os recursos porventura interpostos e, constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor, quando o PREGOEIRO mantiver sua decisão sobre o recurso e homologará o procedimento licitatório.

14. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

14.1. Encerrado o procedimento licitatório, o autor da proposta vencedora será convocado para firmar contrato ou instrumento equivalente, conforme minuta do **Anexo VIII** e da proposta aceita. O contrato formalizado conterá necessariamente as condições especificadas neste Instrumento Convocatório e seus Anexos.

14.2. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação para celebrar o contrato.

14.3. O adjudicatário deverá assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação formal para tal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

14.4. Se o licitante considerado vencedor deixar de assinar o contrato ou o termo equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação, sem que tenha solicitado prorrogação de prazo mediante justificativa, por escrito e aceita pela Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, podendo optar por revogar a licitação, nos termos do artigo 64, § 2.º da Lei Federal 8.666/93.

14.5. O presente contrato vigorará pelo período de 12 doze meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações.

14.6. O Contratado obriga-se a manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

14.7. Em nenhuma hipótese será aceita a subcontratação do todo ou parte do objeto desta licitação.

14.8. Correrá por conta do Contratado qualquer indenização por danos causados à Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas ou a terceiros, por culpa do mesmo, decorrentes do cumprimento do contrato.

15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. No recebimento e aceitação dos serviços será observada, no que couber, as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

15.2. O objeto será recebido pela Secretaria Municipal de Saúde, ordenadora da despesa, mediante Termo de Constatação e Recebimento dos Serviços, através de servidor designado, que deverá atestar seu recebimento.

15.3. O recebimento e a aceitação dos serviços, objeto deste Pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas neste instrumento e obedecerão ao disposto no artigo 73, incisos I e II, e seus parágrafos da Lei Federal n.º 8.666/93, no que lhes for aplicável.

15.4. Após a entrega do objeto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o Município reserva-se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.

15.5. Ocorrendo a rejeição dos serviços, o Contratado será notificado pela Secretaria Municipal de Administração para efetuar as correções cabíveis, dentro do prazo que lhe será fixado.

15.6. A recusa do Contratado em atender o estabelecido no item anterior implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital.

15.7. O Município reserva para si o direito de recusar os serviços prestados em desacordo com o contrato, devendo estes, serem refeitos as expensas do Contratado, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

16. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1. O setor competente para receber, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação será a Secretaria Municipal de Administração, ou quem este determinar, observados os artigos 66, 67 e 68 da Lei Federal n.º 8.666/93.

16.2. A existência da fiscalização não eximirá o Contratado de nenhuma responsabilidade pela execução do contrato nos aspectos de qualidade e segurança.

16.3. A Secretaria Municipal de Administração atestará a entrega dos serviços no documento fiscal correspondente, o que servirá como meio de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá requisito indispensável para a liberação dos pagamentos.

16.4. A Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas reserva-se o direito de não receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste Instrumento Convocatório, podendo rescindir o contrato, nos termos do artigo 78, inciso I e aplicar o disposto no artigo 24, inciso XI, da Lei Federal n.º 8.666/93.

16.5. O Contratado é obrigado a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste certame, pela Secretaria Municipal de Administração, bem como o acesso às fontes de informações que forem julgadas necessárias.

16.6. A Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas não se responsabilizará por eventuais contatos realizados com setores ou pessoas não autorizadas, salvo nas hipóteses previstas, expressamente neste instrumento.

17. DOS PRAZOS

17.1. Os serviços que constituem objeto desta licitação deverão ter início de imediato, após assinatura do respectivo contrato.

17.2. Na ocorrência de atrasos na entrega do objeto, a Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas poderá aplicar as penalidades previstas neste Instrumento Convocatório.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será realizado pela Tesouraria do Contratante, em até 30 (trinta) dias após a data do recebimento do objeto licitado por parte do setor solicitante, observado o prazo e condições estabelecidos neste Edital e na proposta do Contratado, por processo legal e apresentação dos documentos fiscais devidos.

18.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

18.3. Se o objeto não for entregue conforme condições deste Instrumento Convocatório, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

18.4. Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO

TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

18.5. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas nos valores a serem recebidos pelo Contratado ou, inexistindo estes, através dos meios cabíveis e aplicáveis.

18.6. Os recursos para pagamento das despesas decorrentes da execução do contrato estão alocados no orçamento da Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas, à conta da (s) Dotação (ões) Orçamentária (s):

- 07.01.02. 10.301.0010.2055. 33903900 – 300

19. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

19.1. Por força das Leis Federais nº 9069/95 e 10.192/2001, os preços poderão ser reajustados após a vigência contratual de 12 (doze) meses, salvo autorização de aumento concedida pelo Governo Federal.

19.1.1. Decorrido o prazo acima estipulado, a contratada poderá solicitar a celebração de termo aditivo para correção monetariamente pelo IGP/M, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

19.1.2. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do Contrato e do 12º mês da execução, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.

19.1.3. Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá o Contratado requerer revisão dos valores face ao art. 65, inciso II, letra "d" da Lei Federal nº 8.666/93. O equilíbrio econômico-financeiro só será admitido na hipótese de alteração de preços dos serviços, devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do Município.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo Contratante, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo Contratante, resguardados os procedimentos legais pertinentes:

20.1.1. Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, não se aplicando a mesma, ao licitante remanescente, em virtude da não aceitação da primeira colocada.

20.1.2. advertência por escrito;

20.1.3. multa, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93:

20.1.3.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

20.1.3.2. 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;

20.1.3.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que lhe é destinado, ou diminuam-lhe o valor, ou ainda, fora das especificações contratadas.

20.1.4 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

20.1.5. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

20.2. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I – não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

II – retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

III – paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Municipal;

IV – entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V – alteração de substância, qualidade ou quantidade de mercadoria fornecida;

VI – prestação de serviço de baixa qualidade.

20.3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 20.1.

20.4. A multa será descontada da garantia do contrato e (ou) de pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

20.5. A sanção de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos na entrega do objeto licitado;

II – outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços das unidades requisitantes, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

20.6. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá, ainda, a suspensão, quando o licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos para o Município de Couto de Magalhães de Minas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

20.7. Se o licitante deixar de entregar a documentação exigida no certame, ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos; impedido de contratar com a Administração, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

20.8. As sanções relacionadas nos itens 20.1.4 e 20.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

20.9. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

21. CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail licitacao@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br, até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para a abertura das propostas.

21.2. Impugnações aos termos deste Ato Convocatório poderão ser interpostas por qualquer cidadão até o 5.º (quinto) dia útil e, por licitantes, até o 2.º (segundo) dia útil que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada preferencialmente para o e-mail licitacao@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br, ou protocolizados na Sala de Licitações, dirigidas ao PREGOEIRO, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor técnico competente.

21.3. A Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas não se responsabilizará por impugnações endereçadas ou por outras formas, ou outros endereços eletrônicos diversos do mencionado neste instrumento.

21.4. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame. Exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Integram este Instrumento Convocatório, independente de transcrição:

- a) ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA;
- b) ANEXO II – MODELO CARTA PROPOSTA/ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO
- c) ANEXO III – MODELO DE CREDENCIAMENTO;
- d) ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- e) ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS;
- f) ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO V DO ARTIGO 27 DA LEI FEDERAL N.º 8.666/1993;
- g) ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGIME DE ENQUADRAMENTO FISCAL DE PESSOA JURÍDICA
- h) Anexo VIII - MINUTA CONTRATUAL.

22.2. Este Instrumento Convocatório deverá ser lido e interpretado na íntegra e após apresentação da Proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

22.3. É facultado ao PREGOEIRO ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

22.4. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela, depois de aberta a sessão do Pregão.

22.5. O PREGOEIRO, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.6. Toda a documentação apresentada neste Ato Convocatório e seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

22.7. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivados de fato superveniente, comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado.

22.8. Não caberá a qualquer licitante indenização de espécie alguma, pelo seu insucesso na licitação.

22.9. A participação do licitante neste certame implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste Instrumento Convocatório e seus Anexos, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

22.10 Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo PREGOEIRO, no horário de 08:00 às 11:00 e 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, pelo e-mail licitacao@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br, ou através do telefone (38) 3533-1244.

22.11. O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no §1º, art. 65, Lei nº 8.666/93 e §2º, inciso II, art. 65, da Lei nº 9648/98.

Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas, 08 de maio de 2023.

NATANE TARCÍSIA VELOSO
Pregoeira



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO GERAL: Contratação de empresa especializada em segurança e medicina do trabalho para prestação de serviços de análise de ambiente de trabalho, identificação de riscos, elaboração de laudos (DIR, PGR, PGRTR, PPP, LTCAT, LTIP) realização de Atestados ocupacionais (ASOs), envio de eventos de medicina e saúde no eSocial, no Município de Couto de Magalhães de Minas, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e especificações constantes neste Termo de Referência.

1.1. OBJETO DESCRITIVO:

Item	DESCRIÇÃO GERAL	Unid.	Quant.	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
01	Contratação de empresa para prestação de serviços de análise de ambiente de trabalho, identificação de riscos, elaboração de laudos (DIR, PGR, PGRTR, PPP, LTCAT, LTIP) realização de Atestados ocupacionais (ASOs), envio de eventos de medicina e saúde no eSocial, no Município de Couto de Magalhães de Minas, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e especificações constantes neste Termo de Referência.	Mês	12	R\$ 10.110,66

1.1 Dos serviços a serem executados:

- Elaboração de Programa de gerenciamento de riscos – PGR;
- Elaboração de programa de gerenciamento de riscos no trabalho rural – PGRTR;
- Elaboração de Programa de Controle médico e de saúde ocupacional – PCMSO;
- Elaboração de laudos técnicos da condição ambiental de trabalho - LTCAT;
- Elaboração do perfil profissiográfico previdenciário – PPP
- Declaração de ausência de riscos – DIR;
- Geração e envio dos eventos SST (arquivo xml/S-2210/ S-2220/ S-2240)

* Incluso as avaliações/medições ambientais quantitativas;

1.2 A contratação de empresa especializada almeja uma atuação preventiva no propósito de alcançar as seguintes metas:

- * Desenvolvimento de ambiente de trabalho saudável;



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

* A neutralização e eliminação de riscos associados às atividades profissionais;

* Promover a saúde e Bem-estar da qualidade de vida do servidor;

1.3 - Do local de prestação de serviços

PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS	
Número de funcionários	358
MEDICÕES	
Ruído	Vibração

2. JUSTIFICATIVA.

2.1 Considerando que as relações de trabalho são orientadas pelas Normas Reguladoras – NRs, na seara da Saúde, Segurança e Medicina do Trabalho, identificou-se a necessidade de adequação e incorporação deste conteúdo normativo na Administração Pública Municipal de Couto de Magalhães de Minas.

3 - PRAZO DO FUTURO CONTRATO:

3.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57 da Lei 8666/93;

3.2 Durante a vigência do contrato, caso necessário, a contratada deverá revisar os dados mantendo os mesmos atualizados.

4 - PAGAMENTO: O pagamento será efetuado após a prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme determina o procedimento no Edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As seguintes dotações orçamentárias serão responsáveis pela futura contratação, conforme LOA 2023:

5 - FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) A contratada deverá manter durante a vigência deste Contrato, todas as licenças, permissões e/ou autorizações, que sejam de sua responsabilidade e necessárias à execução do serviço contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

- b) Manter durante a vigência deste Contrato, todos os critérios de confidencialidade necessários à execução do serviço contratado, bem como política vigente em atendimento a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados);
- c) Fornecer à(s) CONTRATANTE(S) todos os dados solicitados relativos ao objeto do contratado que se fizerem necessários ao bom atendimento e acompanhamento dos mesmos;
- d) Responsabilizar-se pelo pagamento de toda a remuneração de seus empregados ou subcontratados que direta ou indiretamente realizem serviços relacionados a este contrato, ficando a(s) CONTRATANTE(S) autorizada(s) a requerer, a qualquer tempo, os comprovantes dos pagamentos;
- e) Respeitar e fazer com seus empregados, prepostos e terceiros a seus serviços ou sob suas ordens no local em que se desenvolvem os trabalhos respeitem as normas de segurança (utilizando EPI's, quando necessário);
- f) Cadastrar o(s) profissional(is) junto à Prefeitura, mediante documento que formalize o vínculo, podendo substituir o profissional, desde que mediante apresentação de justificativa e aceita pelo Secretário Municipal de Saúde;
- g) Realizar visitas técnicas semanais para levantamento de riscos e elaboração dos programas.

5.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Fazer com que sejam transmitidas à(s) CONTRATADA(S) todas as informações imprescindíveis para a execução dos serviços contratados;
- b) Efetuar, ou fazer com que sejam efetuados, os pagamentos pelos serviços prestados, em conformidade com os valores dispostos na Cláusula Quarta;
- c) Estar ciente quanto às obrigações previstas nas normas regulamentadoras relacionadas aos documentos técnicos emitidos de saúde e segurança ocupacional, não associadas a este objeto, e definir se as mesmas serão executadas.
- d) Enviar mensalmente até o dia 5 do mês subsequente os atestados de saúde ocupacional ASO Admissional, periódico, retorno ao trabalho, mudança de riscos e Demissional que não forem realizados em unidades da CONTRATADA para input dos dados inerentes ao evento S2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador;
- e) Disponibilizar a relação de colaboradores ativos e os relatórios de movimentação de colaboradores realizadas no exercício do mês corrente para envio do S2240 – Condições Ambientais do Trabalho - Agentes Nocivos;
- f) Comunicar à contratada dentro de um prazo de 12(doze) horas, os acidentes de trabalho para cadastro do S- 2210 – Comunicação de Acidente de Trabalho;

Webson Junior Veloso
Secretário Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO

TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Ementa: Pregão Presencial n.º 017/2023

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ **UF** _____

E-MAIL: _____ **TELEFONE:** _____

DADOS BANCARIOS (preenchimento não obrigatório):

BANCO: _____ **AGENCIA:** _____ **CONTA:** _____

NOME DO SIGNATÁRIO (para assinatura do contrato):

_____ **CPF:** _____

IDENTIDADE: _____ **ESTADO CIVIL:** _____

ENDEREÇO: _____

ITEM	DESCRIÇÃO GERAL	Unid.	Quant.	VALOR MENSAL DA PROPOSTA
01	Contratação de empresa especializada em segurança e medicina do trabalho para prestação de serviços de análise de ambiente de trabalho, identificação de riscos, elaboração de laudos (DIR, PGR, PGRTR, PPP, LTCAT, LTIP) realização de Atestados ocupacionais (ASOs), envio de eventos de medicina e saúde no eSocial, no Município de Couto de Magalhães de Minas, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I.	Mês	12	R\$ <i>Preencher</i>
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA – CONSIDERANDO 12 MESES DE CONTRATO				R\$ <i>Preencher</i>

OBSERVAÇÕES:.....

Declaramos, que em nosso preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita prestação do serviço, inclusive as despesas com mão de obra especializada, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

exigências e determinações do Edital; enfim, tudo o que for necessário para a entrega parcial e ou total dos materiais, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município.

Declaramos igualmente, que:

- a) Temos pleno conhecimento dos serviços a serem entregues;
- b) Recebemos do Município de COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS/MG todas as informações necessárias a elaboração da nossa proposta;
- c) Estamos cientes dos critérios de pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente;
- d) Obrigamo-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, contada da data de notificação do Município de COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS/MG bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura, sob pena das sanções cabíveis;

Declaramos ainda que esta proposta tem o prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias.

DATA: _____/_____/_____

NOME

Representante Legal da Licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO

TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

..... , inscrita no CNPJ sob o registro de n.º, com sede na, pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador _____ (nome, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto à Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação **Pregão Presencial n.º 017/2023** (ou de forma genérica: para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

Local e data

Assinatura da proponente

OBSERVAÇÕES:

O representante do proponente, para participação nesta licitação, deverá estar munido de Carta de Credenciamento, que lhes permita assinar documentos e decidir em nome de seu representante, inclusive quanto à desistência de recursos, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

Na hipótese de **procuração por instrumento público ou particular de mandato (procuração)**, outorgando expressamente poderes para formular ofertas e lances de preços, emitir declarações, receber intimação, interpor recurso e renunciar à sua interposição; assim praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO

TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ementa: Pregão Presencial n.º 017/2023

Senhor Pregoeiro,

..... (nome do licitante), inscrito no CNPJ sob o registro de n.º
....., com Sede na, para fins do Pregão
Presencial em epígrafe, declara, nos termos do artigo 4.º, VII da Lei Federal n.º
10.520/2002 que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente
processo licitatório.

Local e data

Assinatura do proponente

Nome da empresa

CNPJ.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO

TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Ementa: Pregão Presencial n.º 017/2023

..... (nome do licitante), inscrita no CNPJ sob o registro de n.º
....., com Sede na, para fins do Pregão
Presencial em epígrafe, declara expressamente, sob as penas da lei que inexistem fatos
impeditivos para sua habilitação no presente certame e que está ciente da
obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, na forma do disposto no artigo 32,
§ 2.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas subseqüentes alterações.

Local e data

Assinatura do proponente

Nome da empresa

CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO

TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 27 DA LEI FEDERAL N.º 8.666/1993

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 27 DA LEI FEDERAL N.º 8.666/1993

Ementa: Pregão Presencial n.º 017/2023

..... (nome da licitante), inscrita no CNPJ sob o registro de n.º
....., com Sede na, para fins do Pregão
Presencial em epígrafe, declara expressamente, sob as penas da lei que encontra-se em
situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do
disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal e do inciso V do artigo 27
da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de 18
(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16
(dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14
(quatorze) anos).

Local e data

Assinatura do proponente

Nome da empresa

CNPJ n.º



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO

TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGIME DE ENQUADRAMENTO FISCAL DE PESSOA JURÍDICA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGIME DE ENQUADRAMENTO FISCAL DE PESSOA JURÍDICA

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ nº , por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) , portador (a) da Carteira de Identidade nº , e do CPF nº , DECLARA, para fins do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 025/2022, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS.: Assinalar com um "X" a condição da empresa:

- 1) () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 2) () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 3) () EMPRESA NÃO ENQUADRADA como microempresa ou empresa de pequeno porte.

Caso assinalado a opção 1 ou 2, declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes no parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____/MG, ____ de _____ de 2023.

Nome da Empresa

Assinatura do Representante

IMPORTANTE:

1. As licitantes deverão entregar esta declaração na fase de credenciamento, conforme item 5.3, assinalando uma das condições em epígrafe.
2. A Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06.
3. A Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, falsa ou inverídica sujeitará a licitante as Sanções Administrativas previstas no item 15 deste edital, bem como sanções penais cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO

TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

ANEXO VIII - MINUTA CONTRATUAL

**TERMO DE CONTRATO N.º/2023 QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE COUTO
DE MAGALHÃES DE MINAS E
PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES-REPRESENTAÇÃO E FUNDAMENTO

MUNICÍPIO DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa, à Rua Sebastião Francisco Mota, n.º 45, Bairro Centro, Couto de Magalhães de Minas, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.177/0001-86, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Senhor JOSÉ EDUARDO DE PAULA RABELO, Prefeito Municipal, inscrito no CPF/MF sob o registro de n.º 689.904.486-20, residente e domiciliado nesta cidade de Couto de Magalhães de Minas – MG, e, por outro lado:

....., com sede na, inscrita no CNPJ n.º, neste ato, representada por seu representante legal,, CPF, residente na, doravante denominado CONTRATADO, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo, pelas quais se obrigam mutuamente a cumpri-las

1.2. O presente contrato tem por fundamento o Pregão Presencial n.º 017/2023.

1.3. As partes se sujeitarão à legislação pertinente, em especial à Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e as cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada em segurança e medicina do trabalho para prestação de serviços de análise de ambiente de trabalho, identificação de riscos, elaboração de laudos (DIR, PGR, PGRTR, PPP, LTCAT, LTIP) realização de Atestados ocupacionais (ASOs), envio de eventos de medicina e saúde no eSocial, no Município de Couto de Magalhães de Minas, conforme descrição, características, prazos e demais obrigações e especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste Ato Convocatório, no **Edital e seus anexos**, que independente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução deste contrato dar-se-á sob a forma indireta, em regime de empreitada por preço global, nos termos do artigo 6.º da Lei Federal n.º 8.666/93.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Este contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei Federal n.º 8.666/93.

4.2. Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem executado em associação do CONTRATADO com terceiros, sem prévia autorização do CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

4.3. Para atender a seus interesses, o CONTRATANTE se reserva o direito de alterar quantitativos, sem que isso implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

4.4. O objeto deste contrato deverá ser executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

4.5. O CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto no artigo 78 da Lei 8.666/93 e aplicar as sanções previstas.

4.6. Qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pelo CONTRATADO, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste contrato e podendo o CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

4.7. Este contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO, sendo o CONTRATADO o único responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

4.8. O CONTRATADO deverá fornecer os serviços solicitados, em estrita conformidade com as disposições e especificações do Edital da licitação, de acordo com o Termo de Referência e proposta de preços apresentada.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. No recebimento e aceitação do objeto será observada no que couber, as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

5.2. O objeto será recebido pela Secretaria Municipal de Administração, ordenadora da despesa, mediante Termo de Constatação e Recebimento dos Serviços, através de servidor designado, que deverá atestar seu recebimento.

5.3. O recebimento e a aceitação dos serviços, objeto deste Pregão, estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas neste instrumento e obedecerão ao disposto no artigo 73, incisos I e II, e seus parágrafos da Lei Federal n.º 8.666/93, no que lhes for aplicável.

5.4. Após a entrega do objeto, caso esteja comprovado o não cumprimento das especificações do mesmo, o Município reserva-se o direito de substituí-los, complementá-los ou devolvê-los.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

5.5. Ocorrendo a rejeição dos serviços, o CONTRATADO será notificado pela Secretaria Municipal de Saúde para efetuar as correções cabíveis, dentro do prazo que lhe será fixado.

5.6. A recusa do CONTRATADO em atender o estabelecido no item anterior implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital.

5.7. O Município reserva para si o direito de recusar os serviços prestados em desacordo com o contrato, devendo estes, serem refeitos as expensas do CONTRATADO, sem que isto lhe agregue direito ao recebimento de adicionais.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será realizado pela Tesouraria do CONTRATANTE, por processo legal, após a verificação pelo Setor competente da Secretaria Municipal de Saúde e apresentação dos documentos fiscais devidos, em até 30 (trinta) dias.

6.2. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

6.3. Se o objeto não for entregue conforme condições deste instrumento, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

6.4. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. Pelo integral cumprimento do avençado na cláusula primeira, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, a importância de R\$ (.....), observados os preços unitários ofertados, constantes da Proposta do CONTRATADO, parte integrante do presente instrumento.

7.2. Os recursos para pagamento das despesas decorrentes da execução do contrato estão alocados no orçamento da Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas, à conta da (s) Dotação (ões) Orçamentária (s):

- 07.01.02. 10.301.0010.2055. 33903900 – 300

7.3. As despesas do exercício subsequente estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, a ser consignada ao **CONTRATANTE**, na Lei Orçamentária do Município.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Por força das Leis Federais nº 9069/95 e 10.192/2001, os preços poderão ser reajustados após a vigência contratual de 12 (doze) meses, salvo autorização de aumento concedida pelo Governo Federal.

8.1.1. Decorrido o prazo acima estipulado, os preços mensais poderão ser corrigidos monetariamente pelo IGP/M, ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, mediante termo aditivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO

TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

8.1.2. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do Contrato e do 12º mês da execução, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.

8.1.3. Ocorrendo fatores que impliquem em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando as bases pactuadas, poderá o contratado requerer revisão dos valores face ao art. 65, inciso II, letra "d" da Lei Federal nº 8.666/93. O equilíbrio econômico-financeiro só será admitido na hipótese de alteração de preços dos serviços, devidamente comprovada e espelhada a variação, que deve ser apresentada para avaliação do Município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Cumprir todas as obrigações assumidas através do Edital e do contrato, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas;

9.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias;

9.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do presente Edital, bem como do contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações da mesma;

9.4. Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução do referido contrato, alertando o executor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade o CONTRATADO.

9.5. Esclarecer as dúvidas e indagações do CONTRATADO, por meio da fiscalização do contrato;

9.6. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao cumprimento deste contrato que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;

9.7. Fornecer todos os documentos e dados necessários à realização dos trabalhos, não responsabilizando o CONTRATADO pela veracidade e idoneidade dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O CONTRATADO obriga-se a prestar os serviços inseridos neste instrumento, na forma e condições determinadas, bem como as obrigações aqui definidas, sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade;

10.1.1. Ficam fazendo parte do presente termo, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação e seus Anexos, bem como a proposta do CONTRATADO.

10.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes deste instrumento e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, o CONTRATADO a:

10.2.1. Executar fielmente e dentro das melhores técnicas os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações deste instrumento e eventuais complementações do CONTRATANTE, conforme documentos integrantes do contrato e rigorosa observância aos demais detalhes e Ordens de Serviços, bem como executar



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessária à perfeita execução dos serviços;

10.2.2. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

10.2.3. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados;

10.2.4. Manter durante a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal;

10.2.5. A fiscalização da execução dos serviços ficará sob a responsabilidade de servidor designado, e o não atendimento de quaisquer das obrigações implicará em advertência que, caso não atendido a contento, poderão implicar na rescisão do contrato;

10.2.6. Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

10.2.7. Submeter-se à fiscalização por parte do CONTRATANTE, e às disposições legais em vigor;

10.2.8. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que ao CONTRATADO não deverá, mesmo após o término do contrato, sem consentimento prévio por escrito do CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações, a não ser para fins de execução do contrato;

10.2.9. Em nenhuma hipótese será aceita a subcontratação do todo e de parte do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

11.1. O CONTRATADO, além das responsabilidades atinentes à fase de execução do objeto contratado, responderá pela qualidade, correção e segurança dos serviços nos termos da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1. O setor competente para receber, conferir e fiscalizar o objeto deste instrumento será a Secretaria Municipal de Administração, ou quem este determinar, observados os artigos 66, 67 e 68 da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.2. A existência da fiscalização não eximirá o CONTRATADO de nenhuma responsabilidade pela execução do contrato nos aspectos de qualidade e segurança.

12.3. A Secretaria Municipal de administração atestará a entrega dos serviços no documento fiscal correspondente, o que servirá como meio de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá requisito indispensável para a liberação dos pagamentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

12.4. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo rescindir o contrato, nos termos do artigo 78, inciso I e aplicar o disposto no artigo 24, inciso XI, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.5. O CONTRATADO é obrigado a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto deste contrato, pela Secretaria Municipal de Administração, bem como o acesso às fontes de informações que forem julgadas necessárias.

12.6. O CONTRATANTE não se responsabilizará por eventuais contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente neste instrumento.

12.7. O CONTRATANTE notificará o CONTRATADO, podendo suspender o pagamento e até mesmo, rescindir o contrato, se o objeto for entregue em desacordo com as especificações e demais exigências deste instrumento, independente de aplicação de sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE, resguardados os procedimentos legais pertinentes:

13.1.1. Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, não se aplicando a mesma, ao licitante remanescente, em virtude da não aceitação da primeira colocada.

13.1.2. advertência por escrito;

13.1.3. multa, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666/93:

13.1.3.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

13.1.3.2. 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;

13.1.3.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que lhe é destinado, ou diminuam-lhe o valor, ou ainda, fora das especificações contratadas.

13.1.4 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.

13.1.5. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei n.º 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO

TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

13.2. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I – não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

II – retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

III – paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Municipal;

IV – entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V – alteração de substância, qualidade ou quantidade de mercadoria fornecida;

VI – prestação de serviço de baixa qualidade.

13.3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item 13.1.

13.4. A multa será descontada da garantia do contrato e (ou) de pagamentos eventualmente devidos ao CONTRATADO.

13.5. A sanção de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos na entrega do objeto licitado;

II – outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços das unidades requisitantes, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

13.6. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá, ainda, a suspensão, quando o licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos para o Município de Couto de Magalhães de Minas.

13.7. Se o licitante deixar de entregar a documentação exigida no certame, ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos; impedido de contratar com a Administração, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

13.8. As sanções relacionadas nos itens 13.1.4 e 13.1.5 serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.9. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO CONTRATUAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

- 14.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
 - 14.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, ou prazos;
 - 14.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da execução dos serviços nos prazos estipulados;
 - 14.4. O atraso injustificado no início da execução dos serviços;
 - 14.5. A paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
 - 14.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no contrato;
 - 14.7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - 14.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1.º do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93;
 - 14.9. A decretação de falência ou a instalação de insolvência civil;
 - 14.10. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
 - 14.11. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
 - 14.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
 - 14.13. A supressão, por parte da administração em serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1.º do art. 65 da Lei 8.666/93;
 - 14.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
 - 14.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços, ou parcela destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
 - 14.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS

CNPJ: 17.754.177/0001-86 RUA SEBASTIÃO FRANCISCO MOTA, 45, CENTRO
TEL. (38) 3533-1244 E-MAIL: gabinete@coutodemagalhaesdeminas.mg.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Qualquer modificação na forma, qualidade ou quantidade (supressão ou acréscimo), bem como prorrogação do prazo do objeto ora contratado, poderá ser determinada através de aditamento, atendido o disposto nos artigos 57 e 65 da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA CONTRATADA

16.1. Este contrato fica vinculado de forma total e plena aos termos do Instrumento Convocatório do **Pregão Presencial n.º 017/2023**, que lhe deu causa e à proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E OS CASOS OMISSOS

17.1. Aplica-se à execução do presente contrato, especialmente aos casos omissos a Lei Federal n.º 8.666/93 e subsequentes alterações e legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA

18.1. O contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO CONTRATUAL

19.1. Para dirimir qualquer controvérsia oriunda do cumprimento deste instrumento, elege-se o Foro da Comarca de Diamantina, Minas Gerais, renunciando as partes, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados, assinam este instrumento os representantes das partes em duas vias de igual teor e conteúdo para que produza seus efeitos legais, na presença das testemunhas no final assinadas.

Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas (MG), de de 2023.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF: